

afirmativa 5

Nº01 | Ano 1 | www.ufrb.edu.br/afirmativa

Cotas na Pós-Graduação

Uma nova universidade é possível

O DIA D PARA A REPARAÇÃO

Como a aprovação para as cotas raciais precisou do extraordinário. **(Página 12)**

NOME DE GUERRA

Vários pretos, vários gays e o retorno do triângulo rosa no espaço universitário. **(Página 07)**

ESPERANÇA NÃO É A ÚLTIMA QUE MORRE

A sensação de que ainda estamos em 1883. **(Página 16)**

ZUMVI

Arquivo Fotográfico



O **Zumvi Arquivo Fotográfico**, consciente do seu papel na preservação da memória afrobaiana, vem registrando durante os últimos 23 anos as manifestações do Movimento Negro, o cotidiano dos afrodescendentes em diversas temáticas e contextos políticos, artísticos e culturais. Um importante acervo com cerca de 20.000 negativos de comunidades negras da Bahia encontra-se armazenado na residência do fotógrafo/idealizador do projeto, Lázaro Roberto, em precárias condições de armazenamento, sujeitos a diversos vetores de deterioração que tem provocado a perda sistemática de parte do acervo.

05



Coluna
SUELI CARNEIRO

06

NOME DE GUERRA

Vários pretos, vários gays e o retorno do triângulo rosa no espaço universitário.

Por Diogo de Oliveira

08

COTAS NA PÓS-GRADUAÇÃO

Uma nova universidade é possível.

Por Rose Cerqueira

12

DIA D PARA A REPARAÇÃO

Como a aprovação para as cotas raciais precisou do extraordinário.

Por Alane Reis

14

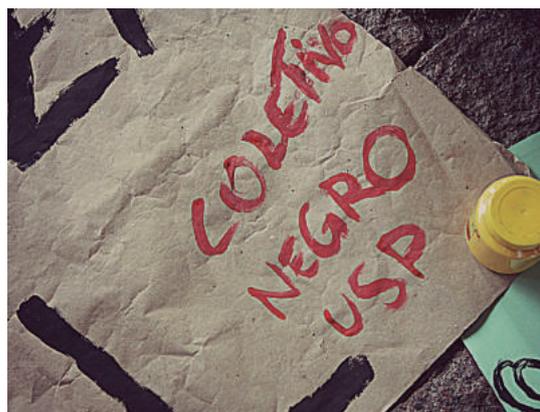
ORGANIZAÇÃO E LUTA

Um núcleo não é só um grupo de estudantes, é uma comunidade que se organiza para resistir. *Por Amanda Dias*

16

ESPERANÇA NÃO É A ÚLTIMA QUE MORRE

A sensação de que ainda estamos em 1883. *Por Morgana Damásio*



Ufa!

Fechamos a primeira edição da Afirmativa. Correria intensa é produzir uma revista, sem dinheiro então... A gente faz das tripas coração, e não é atoa que jornalista rima com malabarista. Quando começamos a pensar no projeto, uma inquietação guiou o trabalho: os cotistas não conhecem o processo de luta pelas Cotas. A partir disso, o periódico pretendia contar a história das políticas afirmativas no Brasil: os episódios desse processo, seus personagens, as dificuldades e as vitórias.

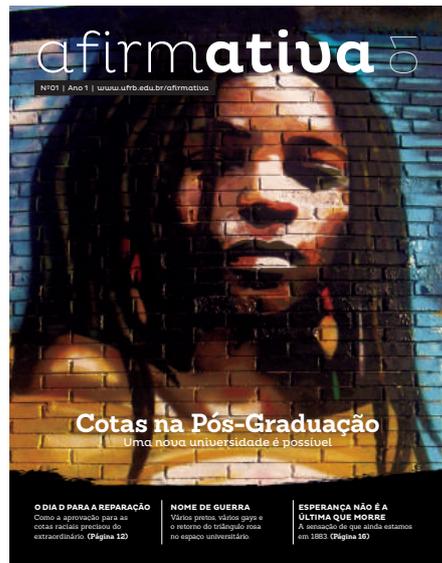
As cotas raciais nas universidades públicas brasileiras é uma realidade legitimada, pela mídia, pela sociedade civil, pelos partidos políticos de quase todas as linhas ideológicas, mas nem sempre foi assim, a luta durou décadas, não foi amistosa, e o movimento social negro foi o grande protagonista dessa história.

Você leitor preto, pobre, periférico, cotista, que hoje agrega valor nas redes sociais com sua “fotinha” e a legenda “Th foi mal, a minha é federal” precisa saber e difundir a ideia que

sua vaga não foi presente do governo A, B ou C. Muitas pessoas deram a vida para que você, eu e toda equipe técnica dessa revista pudesse ao fim do curso ver “mainha” chorando, segurando um canudo que ela nunca pensou em segurar.

A fim de mostrar o quão desumana foi a escravidão africana, nessa edição trouxemos a história de Esperança, só mais uma adolescente negra brutalmente assassinada por sua “sinhá”. Outro episódio interessante que contamos aqui é o processo pioneiro de implantação das cotas na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Falamos também sobre a importante participação dos núcleos negros estudantis na pauta do debate racial na academia. Como não poderia faltar, um repórter que “além de preto, é viado” trata sobre a crueldade da homofobia no Brasil. A matéria de capa vem quente, e se engana quem acha que a luta acabou, o debate sobre Cotas nas Pós-Graduações se faz urgente.

Opanijé, uma banda de Rap baiana, sabiamente versou: “Cotas é só o começo, eles nos devem até a alma”. É por aí. E você que não tem muita identificação



com a cultura Hip Hop, calma. Não seja tão literal. O verso sintetiza a dívida histórica do estado brasileiro às populações negras e indígenas, e nenhuma política de reparação será o bastante para corrigir a história fúnebre que o Brasil carrega... Mas para frente é que se anda! O reconhecimento das mazelas orquestradas aos povos não brancos nestas terras já é um início para se pensar uma sociedade brasileira realmente justa e democrática para todos. Agora você fica à vontade, a Afirmativa somos nós, falando de nós, para todo mundo. 🦊

QUEM FAZ A REVISTA



afirmativa

Editora-Chefe
Alane Reis
alane.t.reis@gmail.com

Editora Executiva
Rose Cerqueira
rosecerqueira1@gmail.com

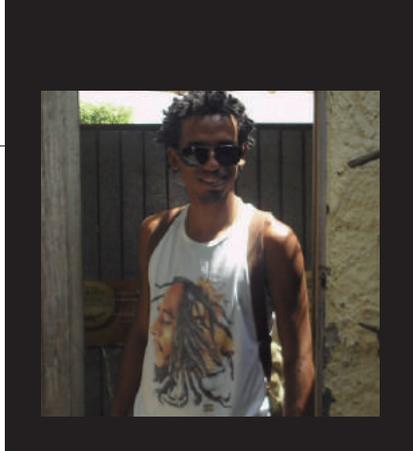
Diagramador
Rafael Bacellar
ra.bacellar@gmail.com

Repórteres

Alane Reis | **Amanda Dias** | **Diogo de Oliveira** | **Morgana Damásio** | **Rose Cerqueira**
alane.t.reis@gmail.com | aadidas@outlook.com | digoaps@gmail.com | morgana.damasio@gmail.com | rosecerqueira@gmail.com

Colaboradores: Carlos Latuff, Udinaldo Júnior, Denize Ribeiro, Elias Sampaio, Maíra Rocha, David Ainan, José Carlos Ferreira, Valdélio Silva, Gabriel Swahili, Joyce Souza, Eduardo Rocha, Lázaro Roberto, Taiane Santos, Aline Lima, Helen de Souza.

Apoio: Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI), Coordenadoria de Políticas Afirmativas (CPA/PROPAAE/UFRB), Colegiado do curso de Comunicação Social - Jornalismo, Núcleo Akofena.



Contra as cotas, os genocidas

▣ Eduardo Rocha*

Pouco a pouco, a lentos passos a consciência racial da sociedade brasileira aparentemente vem se modificando. Sem perder de vista que somos um universo formado por milhões, qualquer análise pouco aprofundada sobre a política racial do Estado brasileiro deverá concluir que nos últimos 150 anos isso não é novidade. No entanto, isso não tem significado a superação de práticas e opiniões antigas. Desde a desumanização da escravidão até os tempos atuais, o fato é que a pena de morte da gente negra tem sido uma política de Estado que está além da legalidade e tem sido tocada pelo seu braço armado, a polícia militar.

Duas reivindicações do movimento negro recentemente tem sido parte da agenda de secretarias e ministérios do governo. São elas: as cotas para ingresso em instituições e universidades públicas e o extermínio da juventude negra. As cotas raciais durante muito tempo foi um tema polêmico e até hoje não foi engolida pela elite branca herdeira de senhores de engenho. Hoje, depois de passados mais de dez anos que esta política passou a ser implantada em Universidades públicas, observamos atentos às primeiras manifestações de setores de dentro das próprias universidades pelo fim das cotas.

Mas não há muito a se festejar. Apesar da suprema corte ter referendado a constitucionalidade das cotas raciais e sociais em concursos, a questão se quer foi pautada pelo falacioso Estatuto da Igualdade Racial, sem força de mudança efetiva para a vida da maioria negra. Esses fatos provam que embora seja reconhecida a vitória do movimento negro, que pautou a questão em vários segmentos da vida pública, há muito que se conquistar e muitos inimigos a se derrotar. Contra as cotas existem genocidas.

Muitos talentos tem tido suas carreiras abreviadas. São crianças e adolescentes como o menino Joel, capoeirista e peça de marketing do governo. Joel foi morto no Nordeste de Amaralina, atingido por um disparo de bala policial, o que gerou dor e revolta entre os moradores do bairro, e os irmãos Ricardo e Ênio, o último assassinado em 10 de março de 2013, exatamente na data em que se completava um ano do oferecimento da denúncia contra os policiais envolvidos na execução de Ricardo. Ricardo era artista circense e foi assassinado junto com outro jovem negro. Além deles, diversos outros jovens tem sido abatidos ainda no início de sua vida criativa.

A raiva e a tristeza vêm roubando o lugar da esperança de mães e

pais, famílias são desestruturadas quando não eliminadas e o “futuro da nação” é exterminado. É o resultado do custo Brasil: matar é mais barato do que investir em políticas públicas. Para a juventude negra o primeiro teste antes de concorrer a uma vaga nas universidades e na administração pública pela política de cotas é se manter viva.

Segundo dados oficiais, só em Salvador foram 1.482 mortes violentas no ano de 2013. Porém, a redução de 10,7% no número de mortes não reflete a sensação de aumento da violência constatada pela população. Há uma intenção governamental de que os números de corpos reduzam, no entanto, o único incentivo para isto é uma compensação salarial por policial, enquanto a população negra fica com o desejo de ser o alvo de outra política tão eficaz quanto a bala policial.

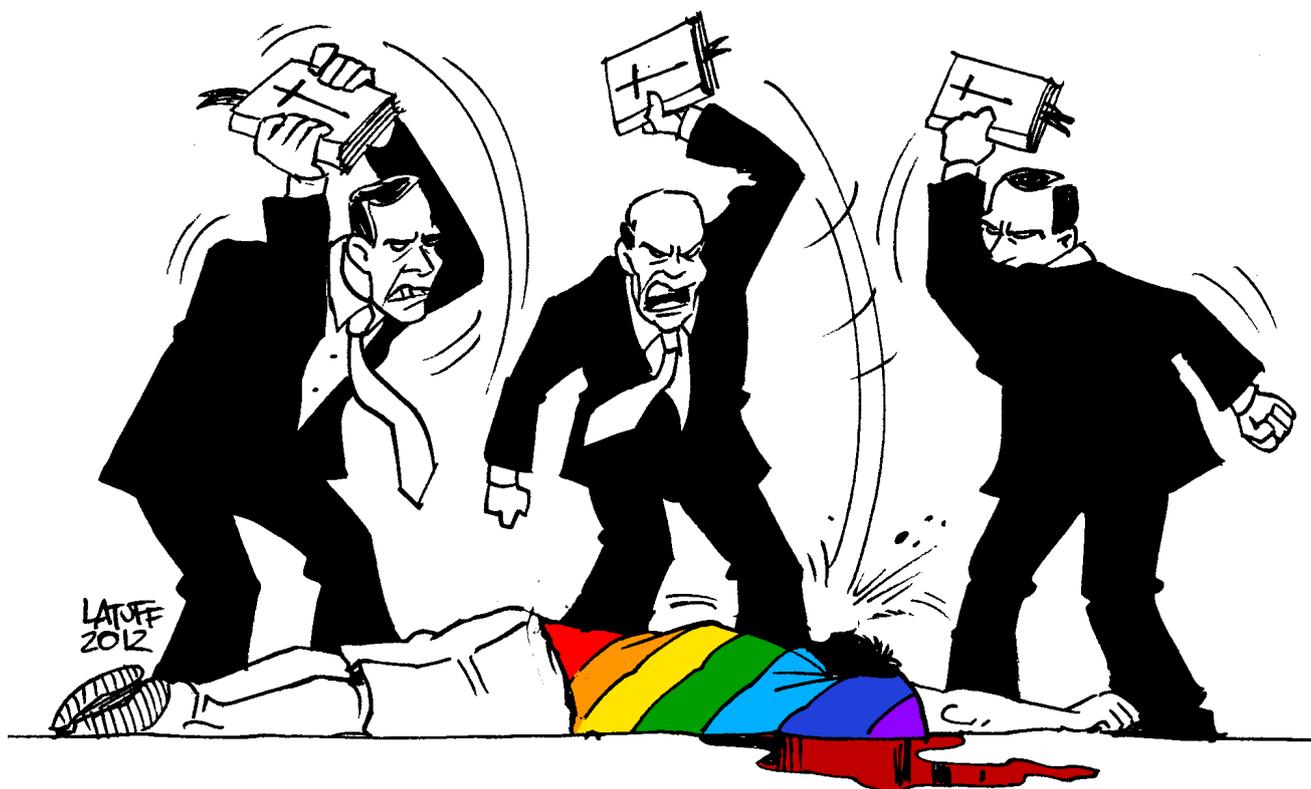
Enquanto isso, o que está por trás dos dados estatísticos são famílias destroçadas, jovens desaparecidos e policiais ostentando poder de decidir até quando viveremos. Nosso desafio é tornar a presença de jovens negros em universidades um instrumento e compromisso na missão de por fim ao genocídio do povo negro, o fim da matança. Pra nós só há dois caminhos: ou vencer ou morrer lutando. ✊

*Professor de matemática da rede pública no subúrbio ferroviário de Salvador, graduado em Matemática pela UFEs, mestre em Ciências Sociais pela UFRB e articulador da Campanha Reaja ou Será Morta, Reaja ou Será Morto.

Nome de GVERRA

Com 44% do total de execuções de todo o planeta, o Brasil confirma sua posição de primeiro lugar no ranking mundial de assassinatos homofóbicos. E as universidades brasileiras têm contribuído para reverter essa realidade?

 Diogo de Oliveira  Alane Reis



Desde a Rússia, na Ásia, até a Uganda, em África ou nos Estados Unidos e passando pelo Brasil, a força contra gays, lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros tem tomado

dimensões drásticas. Na República da Uganda, o Parlamento aprovou a lei que prevê prisão perpétua contra pessoas que sejam identificadas como homossexuais. Já na Rússia, homossexuais foram torturados com vídeos postados

na internet assim como os soldados norte-americanos fizeram com os presos de guerra do Iraque. Tudo isso apenas em 2013.

No Brasil, os assassinatos têm aumentado e como já foi afirmado no texto



2013, Carnaval de Maragogipe, Recôncavo da Bahia. Mais uma entre tantas anônimas que estavam lá apenas pelo prazer de se divertir ao som das marchinhas e fantasias, estrelas da folia.

do site dos Entendidos, não há recorte racial nos crimes de ódio homofóbico ou de identificações sexuais nos crimes de racismo. Índices são importantes, mas as situações demonstram como a violência dos crimes é forte quando se é um corpo preto e viado. Mesmo no interior da Bahia, como em Amargosa ou Cachoeira, e com campus universitário de instituto federal, os crimes de ódio homofóbico-racista tem tomado vigor.

Em Amargosa, em 2013, um estudante preto e homossexual foi agredido fisicamente por um grupo de jovens quando ia pra casa. Em Cachoeira, outra violência não menor foi o desenho do símbolo nazista escrito 'anti-gays' em uma parede do banheiro para homens do Centro Universitário. O terror contra-gays se espalha no momento em que campanhas contra a popu-

lação não-heteronormativa e preta a partir de fundamentalistas cristãos nas ruas, nas redes sociais, nas televisões e nas casas. Ao mesmo tempo em que o Congresso engaveta o Projeto de Lei Complementar (PLC) n° 122/2006 em que se criminaliza a violência homofóbica e veda todos os projetos nacionais de combate às homofobias.

Poucos atos em respeito pela dignidade da população de travestis, transexuais, transgêneros, homossexuais, gays, lésbicas e bissexuais estão postos em cena, como na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em que foi aprovado o uso do nome social de pessoas trans.

Nessas mesmas universidades existem fortes grupos de atuação políticas em questões de gêneros, sexualidades e raça.

Na UFSC, apenas a publicação do Cadernos Pagú (disponível online) já é uma demonstração da atuação e necessidade de visibilidade das questões estruturantes da sociedade que precisam ser discutidas a partir do contexto do Brasil em África. Mas as universidades podem aumentar a política de combate à homofobia. Na UFRB, basta a universidade se reconhecer como integrante e forte influenciadora da sociedade e, para além de políticas afirmativas que sejam vinculadas a identificações não-heteronormativas, a Universidade pode – deve, criar sistemas transversais de combate a homotranslesbofobia. Como? Todos os incentivos universitários de políticas de extensão, pesquisa e ensino vedem conteúdos homotranslesbofobia e que se incentive os conteúdos acadêmicos que levem raça e sexualidade mais à fundo! ✊

COTAS NA PÓS- o debate reacende



A UnB e a UFRJ adotam cotas na pós-graduação e levantam mais uma vez a polêmica das cotas raciais. A argumentação segue a mesma linha contrária à reserva de vagas nos cursos de graduação: a meritocracia. Será que esta é realmente a linha do debate que se deve seguir?

■ Rose Cerqueira ■ Lázaro Roberto (Arquivo Zumvi)

A direita brasileira achou que seria uma voltinha no parque de diversão: entrar na justiça contra as cotas raciais nas universidades criaria um ambiente favorável ao debate reacionário, principalmente da grande mídia, tal qual como ocorre com as disputas por terras, onde se tem uma

campanha contrária a demarcação das terras quilombolas e indígenas e a demonização dos militantes do Movimento Sem Terra e Sem Teto por esse Brasil afora. O tiro saiu pela culatra. O Supremo Tribunal Federal (STF) sentenciou as cotas como constitucional e o governo federal sancionou a Lei de Cotas. As cotas raciais nas univer-

sidades do Brasil é uma realidade, e setores da sociedade do lado conservador do espectro ideológico racista tem que engolir à seco.

Mas se engana quem pensa que essa disputa se encerrou na decisão do STF. O ano de 2013 terminou com o debate reacendido. Agora o buraco é mais em cima, na pós-graduação.

- GRADUAÇÃO:

Não que seja uma novidade, a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, por exemplo, desde 2007 destina 40% das vagas para negros e 5% para indígenas em todos os cursos da pós. A Universidade de São Paulo (USP), historicamente fechada às cotas, reserva um terço das vagas da pós em Direitos Humanos para negros, indígenas, pobres e deficientes físicos, desde 2006.

A questão voltou à tona com a decisão das Universidades de Brasília (UnB) e Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em também adotar o Sistema de Cotas para alguns dos seus cursos de mestrado e doutorado. A pós-

-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ reservou duas vagas para indígenas e 20% para negros, além de uma nota de corte menor do que a de outros concorrentes. Já o Departamento de Sociologia da UnB aprovou a destinação de 20% das vagas para negras e negros nos programas de mestrado e doutorado.

O principal argumento daqueles contrários às cotas tem sido a preocupação com a qualidade de ensino nas universidades, o que os dados refutaram nos últimos 11 anos. As pesquisas de rendimento acadêmico de todas as universidades e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

apontam que o desempenho dos estudantes cotistas é similar ou superior aos dos não cotistas.

Na edição de março de 2013 da revista *Veja*, Glaucius Oliva, presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) se declarou contrário a extensão das cotas para a pós-graduação, por acreditar que a graduação é suficiente para reparar as desigualdades. “Depois de uma graduação, as diferenças na largada da vida acadêmica já deveriam ter sido sanadas há tempos. Se elas não foram, infelizmente, não é possível almejar um mestrado, muito menos um doutorado”.



*UFBA Negra:
Ocupação estudantil
na reitoria em 2009*

VAMOS CONSTRUIR PALMARES DE NOVO
REPARAÇÃO JÁ!

LOUIS

PANIFICADORA



Marcha da
Consciência Negra
no Curuzu

“Nós somos um programa nota 7 (máxima) no MEC. Não iríamos arriscar a reputação do curso para fazer uma medida populista. Nossa posição é no sentido de buscar mecanismo de incorporação.” Essa foi a resposta dada por João Pacheco, subcoordenador do programa, às críticas à incorporação do Sistema de Cotas adotado pelo Museu Nacional (UFRJ). Ele completou afirmando que: “Não é só fazer justiça social. É uma experiência importante para a área de antropologia, que se propõe a estudar o outro”, afirmou.

“A presença de negros na universidade muda a forma como se aborda e se lida com o conhecimento. Os estudantes negros que pleiteiam mestrados geralmente apresentam projetos que contemplam a população negra”, pontuou Samir Uhuru, estudante do 8º semestre do curso de Ciências Sociais e militante do movimento social negro. O fato é simples, depois da vitória no STF o silêncio dos inocentes tem sido estratégico. A mídia não quer reacender o debate por uma questão óbvia, se o debate se estende, também se estende as possibilidades de conquistas. As cotas são legítimas disse o STF, e se trata de galgar não só a presença do corpo negro nos espaços, o buraco é bem mais em cima. Trata-se de uma quebra de paradigma do pensar a sociedade brasileira.

“Na minha vida acadêmica ser cotista na Pós Graduação foi fundamental para meu projeto de intervenção na formação de uma sociedade menos racista e mais igualitária. Se sou doutora hoje eu devo a luta dos meus ancestrais e de todos que militam pela igualdade de oportunidades”, afirmou Ivy Guedes Matos, membro fundadora da Associação de Pesquisadores da Bahia,

líder do Grupo de Pesquisa Firmina: Pós Colonialidade, Educação, Cultura e Ações Afirmativas.

PROCESSO SELETIVO NA PÓS-GRADUAÇÃO

Hoje o processo seletivo para ingresso nos programas de pós-graduação (tanto mestrado quanto doutorado) é um processo subjetivo de avaliação. Constitui-se das seguintes etapas, não necessariamente nesta ordem: prova escrita, avaliação do currículo Lattes, entrevista e prova de língua estrangeira.

A prova escrita baseia-se em literatura científica; a avaliação curricular, nas experiências acadêmicas e profissionais apresentadas no Currículo Lattes dos candidatos. A entrevista, e geralmente decisiva etapa, é abalizada por um grupo de professores no exame do projeto de dissertação encaminhado pelo candidato, ou seja, uma banca de professores decide sobre a relevância do projeto e as condições de execução da pesquisa. Já a prova de língua estrangeira, consiste em interpretação de texto acadêmico escrito em inglês ou outra língua definida no edital. Em síntese, o professor ou professora é soberano/a na decisão de quem ingressa nos cursos de pós-graduação.

A LEI DE COTAS

O Ministério da Educação não faz exigências quanto a reservas

de vagas para minorias nas pós-graduações. As Universidades e os programas têm autonomia para fixar os critérios de reservas de vagas na pós. A Lei de Cotas refere-se apenas ao mínimo de 12,5% das vagas para cotas raciais e sociais para os cursos de graduação, dada a proporção populacional étnica-social dos Estados. A meta do Governo Federal é atingir o número de 50% de estudantes cotistas nas universidades federais em 2016.

O IBGE DISSE

Somente 18,8% dos brasileiros com mestrado e 14,6% dos doutores são negros ou “pardos”, apesar desse grupo étnico, hoje, corresponder a 37,4% da população universitária dos cursos de graduação, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 🙌



UNEB: PIONEIRISMO EM REPARAÇÃO RACIAL



O Conselho Universitário da UNEB estava prestes a votar o projeto de implantação das cotas, algo extraordinário acontece e 40 afroamericanos interferem no processo.  Alane Reis

Foi em 2002 que instâncias públicas oficiais começaram a pautar uma demanda que há décadas os movimentos sociais negros reivindicavam: cotas raciais nos vestibulares de universidades públicas. Foi neste ano que a assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro aprovou um projeto de lei indicando às universidades estaduais do Rio a adotarem o sistema de cotas raciais para negros. Neste mesmo ano, em Salvador, o então vereador Valdenor Cardoso aprovou na câmara municipal uma indicação ao governo do estado para que se implantasse um sistema de cotas sociais para as universidades públicas estaduais.

A indicação do vereador soteropolitano chegou a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) na época que a professora Ivete Alves Sacramento era

reitora. A princípio, a professora Ivete apresentou a proposta ao professor Valdelio Santos Silva, que imediatamente montou uma comissão para construir o projeto que seria apresentado ao Conselho Universitário (Consu). Essa comissão foi formada por ele, pelo professor Wilson Roberto Mattos, e pelo então presidente do Diretório Central de Estudantes (DCE) da UNEB, o estudante Osni Cardoso.

Até aquele ano menos de 3% da população negra brasileira conseguia ingressar em um curso superior. E na opinião de Valdélío, o principal motivo que comprometia o ingresso de estudantes pobres e oriundos de escolas públicas nas Universidades era o demarcador racial, que faz com que negros, mesmo quando comparados a brancos da mesma faixa sócioeconômica apresentem sempre piores

índices de qualidade de vida. Por este motivo, o professor acreditava que o modelo de cotas a ser implantado na UNEB deveria ser o de Cotas Raciais.

Durante todo primeiro semestre de 2002 a comissão elaborou o documento de maneira detalhada, com regras de como funcionaria o sistema, critérios para participação e especificações em geral. Alguns critérios demarcariam a seleção por cotas no vestibular da UNEB: os estudantes deveriam ter cursado exclusivamente o ensino médio e fundamental em escolas públicas; a renda familiar deveria ser de até um salário mínimo por pessoa, garantindo que o estudante estaria dentro da linha de pobreza; por último, o estudante precisaria se autodeclarar negro no ato da inscrição. As vagas reservadas a estudantes cotistas seria 40%.

O documento foi apresentado e

aprovado pela reitora. Agora viria o mais difícil, encarar o Consu, composto em sua maioria por professores que já não simpatizavam com o projeto antes mesmo de ser apresentado, quando ainda era assunto de corredor dos departamentos de aula.

A reunião do Conselho foi marcada para o dia 28 de julho de 2002, a apresentação e votação do projeto de cotas estava na pauta. A reitora estava com dificuldade em apresentar a proposta, previa que não fosse bem aceita. Nesse dia, por coincidência ou não, algo extraordinário aconteceu. A reunião começou de manhã e prometia ser longa, no início do segundo turno, ninguém menos que o poeta José Carlos Limeira, que na época compunha o quadro de funcionários do Cerimonial da UNEB, pediu para dá um informe:

A UNEB está recebendo a visita de uma delegação de 40 afroamericanos professores e estudantes universitários nos Estados Unidos e eles vieram conhecer a universidade que tem uma reitora negra. – O aviso soou como poesia.

A professora **Ivete**, não só os recebeu, como permitiu que eles assistissem a



Foto CLEITON LIBRA

Ivete Sacramento, primeira reitora negra no Brasil



Foto VALDEMIRO LOPES

Valdélío Santos, relator do projeto de cotas na UNEB

reunião e cedeu a fala por 5 minutos para que dois professores falassem da experiência estadunidense com Ações Afirmativas na Universidade.

A fala foi emocionante, legítima, convincente - o professor Valdélío me conta empolgado como quem fala de um grande dia.

“A reunião seguiu, a reitora imediatamente aproveitou a brecha e abriu o segundo turno com a apresentação do projeto que havíamos elaborado. A discussão durou três horas, fomos duramente sabatinados pelos professores que não conheciam o sistema”.

O processo que viraria referência no Brasil em políticas afirmativas em universidades foi aprovado por unanimidade na Bahia, apenas duas abstenções.

Valdélío fala emocionado que a UNEB foi a primeira universidade do Brasil a implantar o sistema de cotas. Questiono sobre a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), sempre citada nessas ocasiões, e ele explica: “Embora o sistema de cotas no Rio de Janeiro tivesse sido aprovado pela assembleia legislativa, ele não tinha sido ainda implantado nas universidades porque havia contestações das

próprias universidades. A então reitora da UERJ era contra o sistema de cotas. Isso criou um impasse jurídico entre a não aceitação das universidades e a lei aprovada na assembleia legislativa”.

A imprensa recebeu a notícia com surpresa e foi bastante contrária na época. A reitora foi duramente criticada e recebeu ações judiciais de diversos professores e estudantes que eram contra o sistema de cotas.

“A comoção foi muito grande porque naquele momento ninguém esperava que a UNEB adotasse as cotas, o debate quase não existia no Brasil. Instaurou-se a discussão na mídia e na sociedade civil”, lembra **Valdelio**.

No Rio de Janeiro o projeto de lei das cotas foi aprovado no início do ano, mas como as universidades não se demonstraram a favor, a decisão da UNEB ganhou maior notoriedade no país inteiro. No final de 2002 acontece o primeiro vestibular com cotas na UNEB e no Brasil, a primeira turma de cotista ingressa à universidade no primeiro semestre de 2003. Mais tarde em 2009, as populações indígenas também foram acrescentadas como reparadas no sistema de cotas da UNEB. A UnB e a UFBA foram as primeiras federais a aprovar o sistema de cotas em seus vestibulares, no primeiro semestre de 2004. A UnB inaugurou o sistema já no vestibular 2004.2, com ingresso da turma ainda neste ano. Na UFBA, o primeiro vestibular com cotas aconteceu no final de 2004, a primeira turma entrou no ano de 2005.

Consequência disso, o Supremo Tribunal Federal (STF) recebe uma ação pra julgar o sistema de cotas da UnB, e acaba validando nos modos jurídicos o sistema de cotas no Brasil inteiro, um modelo que já havia sido implementado em diversas universidades públicas por desejo de seus conselhos, e a UNEB teve um papel fundamental nesse processo. 🖐️

Núcleos Negros Estudantis: UM CONVITE À AÇÃO

Um núcleo não é só um grupo de estudantes, é uma comunidade que se organiza para resistir, uma família que vai além da família consanguínea, alguns se arriscam a chamá-los de quilombos... Mas, o que são esses núcleos negros estudantis e o que eles fazem?



 Amanda Dias

Durante a jornada de produção dessa matéria, conheci alguns núcleos de diversas universidades brasileiras.

Os núcleos que conheci são associações apartidárias, sem fins lucrativos, geridas por jovens estudantes negros. Constituíram-se como um grupo de estudos e atuação política de intervenção dentro e fora dos muros da universidade, que somado a sua composição racial e social, trabalham no combate ao racismo e a discriminação racial. Nesta edição, a Revista Afirmativa faz uma síntese de alguns Núcleos Negros no Brasil.

Do Coletivo negro da USP, quem deu uma palavrinha conosco foi o Thiago Alberto (Tago Elewa), 27 anos. Ele conta que o coletivo tem uma pegada de enfrentamento muito forte, foi fundado ano passado em 2013 após um caso de agressão. Alguns alunos da escola politécnica da Universidade de São Paulo espancaram um cabo-verdiano, também aluno da USP. Logo se pontuou a necessidade de um grupo para prevenir ataques racistas dentro da Universidade e foi assim que surgiu o coletivo.

O Coletivo Negro tem como bandeira principal o ingresso e permanência de alunos negros na universidade, e justamente por isso não construíram uma relação amistosa com a instituição.

Segundo eles, isso acontece porque a USP além de não possuir cotas, dificulta o acesso dos estudantes às políticas de permanência, não divulgam informações sobre os programas de assistência estudantil e os critérios de seleção das vagas.

Na Paraíba, o Núcleo de Estudantes Negras e Negros da UFPB (NENN-UFPB) é um grupo de luta contra as diversas formas de racismo, preconceito e discriminação. O grupo defende um modelo de sociedade que seja educada e orientada a respeitar a pluralidade etnicorracial brasileira.

O NENN encabeçou a luta pela implantação do sistema de cotas na UFPB em 2011, entendendo as cotas como um dos elementos de projeto político que visa à reparação histórica de direito da população negra. A organização ainda traz como pauta o combate ao genocídio da população negra, que se expressa principalmente através do extermínio da juventude negra. Além das atuações citadas, o NENN assume o compromisso com a prática da junção do ativismo político com o fazer acadêmico (ensino, pesquisa e extensão). A proposta do NENN visa o acesso e a permanência acompanhada dos cotistas, segundo eles, até hoje a UFPB não construiu uma política eficiente para permanência estudantil.

O NENN desenvolve anualmente, desde a sua criação, seminários voltados ao debate sobre a relação do Brasil e o Continente africano, pan-africanismo, reparação histórica, ações afirmativas, extermínio da juventude negra.

Sobre a relação do coletivo com a universidade, o militante Danilo Silva, 30 anos, disse: “Não temos vínculo institucional, somos movimento negro dentro da universidade, estabelecemos parcerias apenas para realização dos nossos eventos e projetos”.

Cá na Bahia, lá pela região do agreste, tem o Núcleo de Estudantes Negras e Negros da UEFS – NENNUEFS. Do grupo, conversamos com o estudante Alisson Nogueira e Elane Bastos, ex-integrante e atualmente professora substituta de geografia da UEFS. Eles nos contam que o coletivo atua no combate a todas as formas de racismo e opressão dentro do campus da UEFS e dialoga com os coletivos de militância negra da região. Foi fundado em 1996, está ativo há 18 anos, é talvez o mais antigo do Brasil.

O processo de implementação das políticas de Ações Afirmativas na UEFS foi a atividade de maior mobilização liderada pelo Nennuefs. O grupo conseguiu mobilizar um número significativo de estudantes, além de levar essa pauta para

as instâncias superiores da universidade e pressionar a administração no sentido de garantir o acesso e permanência dos alunos negros na universidade.

Durante todos esses anos, cada semestre, o Nennuefs promove a Recepção de Calouros, que tem o objetivo de tratar de temas pertinentes à comunidade negra assim como recepcionar os estudantes negros e/ou cotistas da universidade.

No interior de São Paulo, lá na região Centro-Leste, em São Carlos, tem o Coletivo Nacional de Juventude pela Igualdade Racial – CONAJIR. O coletivo é formado por estudantes negros da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e surgiu no segundo semestre de 2013, quando alguns estudantes da UFSCar perceberam que havia um vácuo, por parte dos discentes, no debate das relações étnico-raciais e sobre políticas de equidade. Wellington Siqueira, 25 anos, estudante de ciências sociais e militante do coletivo diz que hoje o CONAJIR realiza diversas atividades dentro da universidade, como debates, seminários e encontros de estudantes cotistas. Em novembro realizaram a primeira semana de consciência negra, em conjunto com outras instituições e coletivos. O grupo também participou ativamente da gestão do Diretório Central dos Estudantes – DCE Livre UFSCar.

E aqui, bem do lugar que escrevo, do embrião da própria Afirmativa, em Ca-

choeira, no Recôncavo da Bahia, tem o Núcleo de Negras e Negros estudantes da UFRB - NNNE/ Núcleo Akofena. O Akofena foi criado em abril de 2009 com o compromisso de combater o racismo, o machismo e todas e quaisquer formas de segregação, entendendo que essa ação de combate às discriminações é de extrema importância para construção de uma sociedade plenamente democrática.

Desde sua criação, o Núcleo Akofena esteve envolvido com construção de eventos sobre consciência negra, encontro de entidades negras, trabalhos de base comunitária junto a terreiros de candomblés, comunidades quilombolas e periferias de Cachoeira.

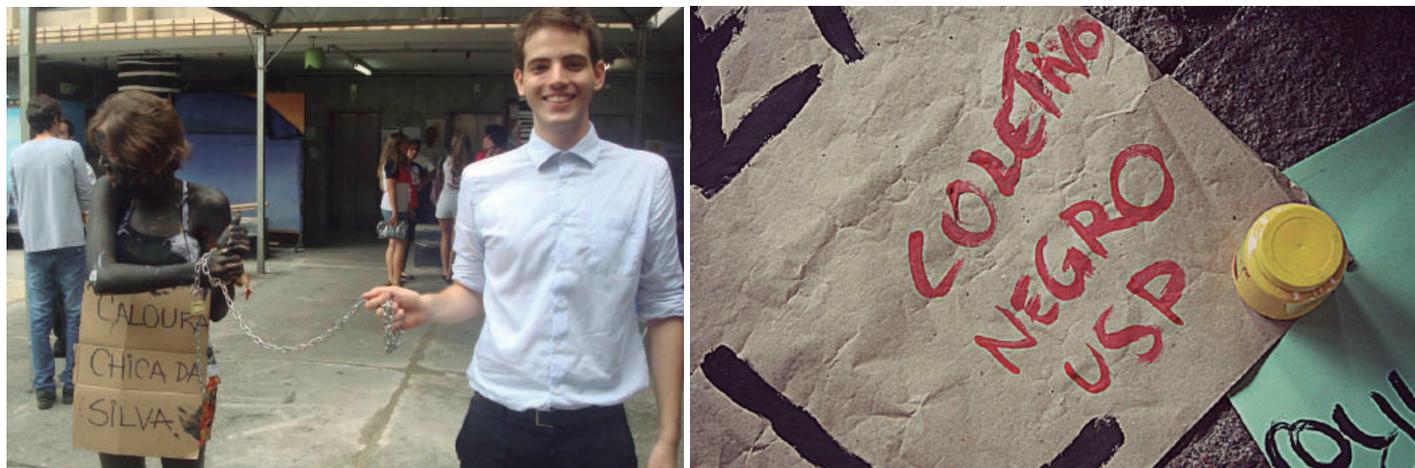
Segundo José Carlos Ferreira, 24 anos, militante do grupo, o “carro chefe” do Akofena é o trabalho comunitário no bairro do Viradouro, periferia de Cachoeira. Sobre isso ele conta: “O aprendizado com a comunidade e a troca de experiência com outros militantes da região nos ajudou bastante para o crescimento da organização. É importante ressaltar nomes como Rock Billy e J. Araújo, moradores que sempre apoiaram o coletivo para que as atividades fossem realizadas”, conta o estudante. Ele completa: “O ‘Arte na Comunidade’, o ‘Cine do Povo’, a ‘Caminhada contra violência policial’, os diversos trabalhos com as crianças e adolescentes foram alguns dos proje-

tos desenvolvidos pelo núcleo junto à comunidade”.

Depois da longa pesquisa que percorri para a construção dessa matéria, eu, uma jovem negra do interior da Bahia, “matando leões” diariamente para permanecer em um curso de Jornalismo, que mesmo sendo aqui no meio do Recôncavo deste estado negro, nesta Universidade que se orgulha do grande número de pretos e pobres que compõem o corpo discente, concluo com pesar que as universidades não foram construídas para não brancos e não ricos. De norte a sul do país, negros enfrentam racismo nas universidades. Além de todos os casos já citados, concluo com mais um, a fim de provar a minha constatação. No fim do ano passado, um trote racista do curso de direito na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) repercutiu nas redes sociais e chocou o país: alguns veteranos acorrentaram uma caloura que foi pintada de preto e carregava uma placa com a identificação “caloura Chica da Silva”, ao lado, outros veteranos faziam gestos de saudação nazista.

As instituições de ensino superior são quase sempre o ambiente mais hostil e racista que já frequentamos, por isso a união e articulação de alunos negros para o enfrentamento é imperativo. O diploma não precisa ser o ideal de todos os negros, mas o objetivo desses núcleos é que todos tenham o direito de escolher. ✊

Na esquerda, “Chica da Silva e o seu feitor”, trote racista que ganhou repercussão nas redes sociais. Na direita, estudantes negros organizados na Universidade de São Paulo



“Esperança não é a última nem a primeira a morrer”

As imagens se misturam, hoje continua sendo 1883. Um adolescente que foi preso pelo pescoço em um poste, na Zona Sul do Rio de Janeiro, é espancado. A mesma pele, idade e expressão de pavor de Esperança

 Morgana Damásio

Era quase tarde de 30 de Outubro de 1883 em Recife. A beira do Rio Capibaribe, na Rua da Aurora n° 3, ouviam-se gritos! Pelas frestas do sótão do terceiro andar, de um distinto sobrado de três pavimentos, em meio à lágrima, dor, sangue e suor, o sol ardia na pele da negra Esperança.

A menina de 15 anos encontrava-se amarrada pelos pulsos em um caibro do telhado, com os pés a cerca de um palmo de distância do assoalho do sótão, presos com outra corda pelos tornozelos. O peso de seu corpo era sustentado pelos seus frágeis pulsos

de criança.

Esperança era uma escrava liberta, do ponto de vista jurídico. Quando pequena, foi separada da sua mãe que havia sido vendida como escrava e enviada para o Rio de Janeiro. Alforriada, não pode morar com sua tia, Maria do Rosário, ex-escrava, que residia nas re-

dondezas e que também já esteve sob as garras de dona Herculina Adelaide de Siqueira Cavalcanti, senhora que também escravizara Esperança e sua mãe. “A preta Maria do Rosária era má”, alegava Herculina para manter a menina na condição de empregada doméstica no seu belo sobrado.

A pequena agora era torturada pela acusação de ter furtado um “pedaço de renda” da irmã de sua ex-senhora que também morava no sobrado. O castigo à menina foi destinado ao escravo Felisbino, que também morava na casa junto a outros três escravos, Vicente, Luzia e Martha.



FOTO DIVULGAÇÃO

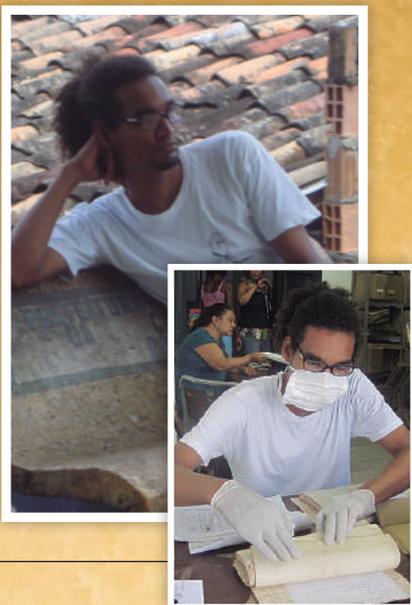


FOTO ALZIRA COSTA

“A gente anda com um monte de corpos nas costas”

— CLÍSSIO SANTANA

Neste período, a escravidão no Brasil já vinha perdendo a força de outrora. Além dos escravizados que sempre resistiram a sua condição, os movimentos abolicionistas eram cada vez mais crescentes. Também já se viam jornais com artigos condenando a escravidão e nos tribunais advogados, alguns filhos e descendentes de ex-escravos, defendiam à liberdade dos seus pares. Entretanto, a situação em que se encontrava Esperança não era um fato isolado nas últimas décadas do Brasil oitocentista.

Escravos alforriados experimentavam a corda bamba e frágil da vida em que não continuavam sob controle de seus ex senhores. Os negros sentiam na pele o início de uma sociedade que deixava de ser escravocrata, entretanto, tinham o racismo engendrado cotidianamente. Ser alvo de repressão policial, humilhações públicas e castigos físicos eram (?) cenas corriqueiras. Pois “tornar-se liberto não significava tornar-se um cidadão livre”, até que se provasse o contrário todo preto era escravo.

Tarde de 30 de outubro de 2013, exatamente 130 anos após a tortura de Esperança. Nem um dia a mais ou a menos. No Arquivo do Memorial de Justiça de Pernambuco, os historiadores Clíssio Santana e Antonio Liberac procuram em meio a centenas de documentos algum material sobre Madame Satã.

Abrindo uma caixa que reúne documentos do judiciário pernambucano entre 1870 a 1890, Clíssio se depara com um processo-crime. Este documento, sem numeração, passaria despercebido se não fosse uma imagem.

Em 1883 na R. Aurora, cento comercial do Recife, por volta das 13h30min, a notícia que corria no bairro é de que Esperança havia morrido em decorrência de uma forte “cólica intestinal”, fato ao qual Herculina atribuiu aos gritos de dor que saíram da sua casa. A senhora não pestanejou e logo ordenou que chamassem o médico e amigo da família, Antonio de Arruda Beltrão, para que este escrevesse um atestado de óbito o mais rápido possível a fim de agilizar o enterro da criança. Em poucas horas o atestado estava pronto; a causa declarada foi: morte por cólica intestinal.

O corpo era encaminhado ao cemitério Público de Santo Amaro, vestido com uma “camisa e casaco branco com uma saia de chita e meias”, acompanhado apenas de um pequeno bilhete que dizia: “o cadáver a ser sepultado é de uma escrava menor, de nome Esperança”.

A senhora, no entanto, não esperava que o coveiro estivesse muito atarefado e não pudesse realizar o sepultamento ainda naquele dia. Não esperava, também, que o escravo Felisbino, suposto

cumplido, encontrando-se com a tia de Esperança, relataria o acontecido, talvez por arrependimento, quem sabe solidariedade ou desejo de vingar-se da vida a qual a senhora o submetia. Em um misto de revolta, dor e ânsia de justiça Maria do Rosário corre pelas ruas de Recife em direção à casa do delegado Dr. José Clímaco do Espírito Santo, que ao ouvir a história, denuncia D. Herculina Adelaide de Siqueira por homicídio e Felisbino como seu cúmplice.

A denúncia, baseada nos relatos do próprio Felisbino, fez com que fosse realizada a autópsia do cadáver, relevando o contrário do que atestou o médico: “a preta Esperança morreu por asfixia na traqueia por estrangulamento produzido por pessoa de mãos com unhas”. O laudo indiciava que o crime havia sido cometido por mãos femininas e que não poderia ter sido praticado pelo escravo, que não cultivava unhas.

A gravura que se encontrava nas mãos de Clíssio faz parte do processo-crime de homicídio, foi encomendada pelo juiz Dr. José Jachinto Borges Diniz, baseado no depoimento do escravo Felisbino com o objetivo de facilitar os trabalhos e esclarecer qual a forma e posição em que Esperança foi assassinada. “É incomum se encontrar figuras que retratem a tortura nesse período, ainda mais uma que foi feita pra incriminar

uma senhora branca”, me conta Clíssio, enquanto narra a trajetória de Esperança em uma conversa no pátio da UFBA, onde agora, no mestrado de história se debruça nas análises de processos-crime da época da escravidão.

“É uma das únicas documentações da escravidão brasileira onde você tem o depoimento do escravo. Ele vai até o tribunal. Por mais que fosse feito por um escrívão, que em sua maior parte eram brancos, era a fala dos escravos. Claro que os textos eram mudados, mas é o que se tem de mais próximo”, me explica completando: “No contexto da escravidão o crime era uma estratégia do escravo, que tinha sua história, vida e dignidade roubadas, sobreviver. Essas documentações trazem histórias de como eles lutavam no dia a dia por esse espaço de autonomia, liberdade momentânea, dentro de um regime tão violento e excludente”.

Clíssio prossegue a história e ouço com esperança de um desfecho onde a justiça tenha sido feita. Ele me conta que o crime causou tanta repercussão na época que jornais de Pernambuco, Ceará, São Paulo e Rio de Janeiro publicaram a notícia, que também era assunto principal no boca a boca pelas ruas.

- E Herculina? Pergunto.

- Conseguiu um habeas corpus, sumiu dos autos processuais de Recife. Tudo indica que ela foi pra uma cidade no Sertão de Pernambuco, onde sua família era radicada. Já Felisbino, foi julgado e condenado por homicídio, além de 400 chibatadas e carregar um ferro no pescoço por 4 meses.

Continuamos a conversa. Ele frisa que mesmo com o fim da escravidão o genocídio da população negra persiste. “O que fazem com as comunidades

quilombolas é genocídio, o que fazem no sistema carcerário é genocídio, nos prendendo em massa, deixando morrer de tuberculose ou forjando crimes. O descaso com a saúde da mulher negra é uma forma de matar. A não aprovação do aborto é uma forma de matar, porque boa parte das mulheres que morrem de aborto clandestino são mulheres negras. O tratamento com as crianças também é. A gente pode pensar que genocídio é só à bala. A bala é só uma face do genocídio”.

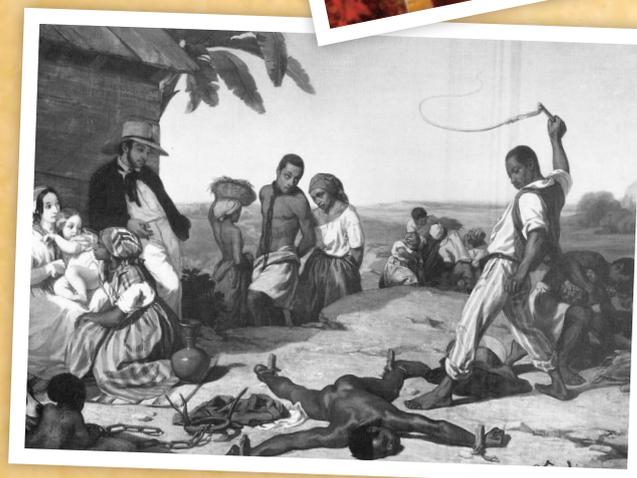
“A gente anda com um monte de corpos nas costas”. Diz, citando o nome de amigos mortos, a maioria da infância no bairro do Curuzu, periferia soteropolitana, onde cresceu.

A conversa segue com assuntos que não caberiam numa edição inteira dessa revista. Nos despedimos e sigo para casa. Nesta noite no SBT, uma das emissoras de TV que figuram entre as mais assistidas do país, a âncora do jornal, Rachel Sheherazade, dispara dilacerando, tal qual o calibre das armas que fazem 71,4% dos assassinatos ocorridos no Brasil, segundo o último mapa da violência, ceifarem a vida de negros: “Aos defensores dos direitos humanos, que se apiedaram do marginalzinho preso ao poste, eu lanço uma campanha: Faça um favor ao Brasil adote um bandido”.

Seu comentário era a respeito da notícia de um adolescente que foi preso pelo pescoço em um poste, por uma trava de bicicleta, na Zona Sul

do Rio de Janeiro, após ser espancado por um grupo de homens. O jovem tinha a mesma pele, idade e expressão de pavor de Esperança. O requinte de crueldade também foi atribuído a um furto.

As imagens se misturavam na minha mente, em meio ao estomago embrulhado, pra mim, hoje continuava sendo 1883. Deito pra dormir e uma frase de Clíssio martela minha cabeça: “Esperança não é a última nem a primeira a morrer” 🖐️



FOTOS DIVULGAÇÃO

Uma das fotos acima mostra a realidade atual, a outra, uma representação do período escravocrata. A semelhança não é mera coincidência

Chegou a revista afirmativa



Somos nós, falando de nós, para todo mundo.

TELA PRETA



Canções de Liberdade

“O CINEMA É UMA AR-15, E NÓS NEGROS BRASILEIROS SABEMOS ATIRAR”

- ZÓZIMO BULBUL

Tela Preta é um movimento de cineastas negros que tem como proposta a realização de filmes com a perspectiva racial. Nós falamos por nós mesmos.